



COMPREENSÃO DE CRÔNICAS: construção de inferências

Fernanda Cordeiro Gazola*; **Maurício Dias Meireles***; **Ms. Maria Aparecida de Assis Teodoro****

mariaap.teodoro@yahoo.com.br

*Graduados em Letras uniBH, Belo Horizonte, MG; **Professora do Curso de Letras uniBH, Belo Horizonte, MG

Recebido em 30/11/11 – Aprovado em 26/12/11 – Publicado em 30/12/11

RESUMO:

Este artigo é uma análise das leituras produzidas por alunos do 3º ano do Ensino Médio, no que se refere à forma como eles constroem inferências para a compreensão das crônicas “O melhor dos mundos”, de Danuza Leão, e “Patético”, de Luiz Felipe Pondé. A leitura é um processo cognitivo complexo que abarca diferentes tipos de conhecimento do leitor. Esses conhecimentos são fundamentais para a construção de inferências e, conseqüentemente, para a construção de sentidos exigida ao se ler um texto. Assim, dispusemo-nos a analisar as leituras feitas por esses alunos, embasadas em estudos teóricos realizados por importantes autores da área de Linguística Textual, tais como Bronckart, Marcuschi, Bakhtin, Kleiman, Ducrot e outros.

Palavras-chave: língua; texto; discurso; gênero textual; crônica; leitura; conhecimentos prévios; inferências.

RÉSUMÉ

Cet article se rapporte à une analyse des lectures produites par des étudiants de la troisième année de l'enseignement moyen par rapport à leur façon de construire des inférences, pour la la compréhension des chroniques “O melhor dos mundos”, de Danuza Leão, et “Patético”, de Luiz Felipe Pondé. La lecture est un processus cognitif complexe qui exige de différents types de connaissances du lecteur. Ces connaissances sont fondamentales pour la construction d'inférences et, par conséquent, pour la construction de sens exigée au moment de la lecture d'un texte. Nous nous sommes mis à analyser les lectures faites par ces élèves, en prenant comme support théorique des études de renommés auteurs de la Linguistique Textuelle, tels que Bronckart, Marcuschi, Bakhtin, Kleiman, Ducrot, parmi d'autres.

Mots clé: langue; texte; discours; genre textuel; chronique; lecture; connaissances préalables; inférences.

Introdução

O presente artigo volta-se para a análise de duas crônicas: “O melhor dos mundos”, de Danuza Leão, e “Patético”, de Luiz Felipe Pondé, ambas publicadas em 2010 no jornal diário de circulação nacional *Folha de S. Paulo*. O objetivo principal é verificar se alunos do 3º ano do Ensino Médio, com idades entre 16 e 18 anos, são capazes de desenvolver a leitura dessas crônicas, lançando mão de processos inferenciais que os ajudarão a produzir efeito de sentidos para o texto. Esses alunos foram escolhidos porque, por estarem prestes a ingressar na universidade, espera-se que tenham se tornado leitores proficientes, ao longo de sua vida escolar.

Os sujeitos informantes são alunos das redes pública e particular de ensino de Belo Horizonte: Escola Estadual Augusto de Lima e Colégio Método, respectivamente. O instrumento de análise utilizado, um questionário anexo, foi aplicado em 26 alunos, após a leitura das crônicas, sem a participação ou ajuda de nenhum professor. Isso se deve à nossa intenção de verificar a capacidade leitora desses alunos. Dos 26 sujeitos informantes, foram selecionados aqueles que responderam a todas as questões dos questionários, pois vários alunos deixaram de responder a algumas questões, seja porque não as compreenderam, seja porque não compreenderam o texto ou, até mesmo, porque não levaram a sério o instrumento.

Este artigo visa, também, a exposição do arcabouço teórico que o sustenta. Para tanto, serão apresentados os conceitos de língua, texto, discurso, gênero textual, crônica, leitura, conhecimentos prévios e inferências. Discorrer-se-á ainda sobre os motivos pelos quais escolhemos o tema Compreensão de crônicas: construção de inferências, e os textos de Danuza Leão e Luiz Felipe Pondé. Finalmente, apresentaremos as conclusões às quais chegamos, após minucioso exame das respostas fornecidas pelos instrumentos aplicados. Esperamos que nosso trabalho contribua, de alguma forma, para os avanços das pesquisas na área da Linguística Moderna.

Língua, texto e discurso

Antes de analisarmos as crônicas supracitadas, bem como as inferências construídas pelos alunos após sua leitura, é fundamental que nos atenhamos às concepções de língua, de texto e de discurso. Conhecemos a língua como um sistema dividido em fonética/fonologia (sons da fala e o modo como se relacionam entre si), morfologia (estrutura e formação das palavras) e sintaxe (conjunto de regras que determinam as relações entre as palavras como partes de uma frase).

A língua, porém, é muito mais do que isso. Trata-se de uma atividade sociopragmática com características cognitivas, o que significa que, entre os interlocutores e o mundo, há uma relação complexa de construção da realidade; além de ser também uma atividade sociointerativa situada, isto é, a construção de sentidos emerge da interação, em uma espécie de ação coletiva.

A construção de sentidos se dá através da atividade linguística, cognitiva e interacional integradas e convergentes. Enquanto atividade, a língua é um sistema não autônomo: tem íntima relação com as faculdades mentais; ambas se situam no contexto da interação humana e na relação com o meio ambiente em que os falantes se inserem. É um fenômeno cultural, histórico, social e cognitivo que varia ao longo do tempo e de acordo com os falantes: ela se manifesta no uso e é sensível ao uso.

A língua é variável, heterogênea e sempre situada em contextos de uso, não podendo ser vista nem tratada simplesmente como código. É uma atividade construtiva com a qual podemos construir sentidos; é uma atividade cognitiva com a qual podemos expressar nossos sentimentos, ideias, ações e representar o mundo; é uma forma de ação, pela qual podemos interagir com nossos semelhantes. Em consequência, a língua se manifesta nos processos discursivos, no nível da enunciação, concretizando-se nos usos textuais mais diversos (MARCUSCHI, 1996). Isso significa que a língua só pode existir enquanto texto, ou seja, só existe na construção de textos que se concretizam em gêneros.

E o que vem a ser um texto? Segundo Bronckart (1999 *apud* Marcuschi, 2001):

A noção de texto singular ou empírico designa uma unidade concreta de produção de linguagem, que pertence necessariamente a um gênero, composta por vários tipos de discurso, e que também apresenta os traços das decisões tomadas pelo produtor em função de sua situação de comunicação particular. (p.6)

Em outras palavras, o texto é o espaço de interação em que dialogam as imagens de leitor e de autor, os lugares sociais configurados por essa relação e seus diferentes olhares sobre o mundo. É um objeto heterogêneo, por revelar uma relação radical de seu interior com seu exterior. Desse exterior fazem parte outros textos que lhe dão origem, o predeterminam, o retomam, a ele se opõem: fenômeno a que se dá o nome de intertextualidade. Para Orlandi,

(...) o texto não é definido pela sua extensão: ele pode ter desde uma só letra até muitas frases, enunciados, páginas etc. Uma letra “O”, escrita em uma porta, ao lado de outra com a letra “A”, indicando-nos os banheiros masculino e feminino, é um texto pois é uma unidade de sentido naquela situação. (...) O texto é texto porque significa. (2010, p. 69)

O texto se constitui como texto quando os interlocutores, pela atuação conjunta de uma rede de fatores (situacionais, cognitivos, socioculturais) constroem para ela *sentido*. Por exemplo, quando um médico pergunta a seu colega no hospital: “A que horas ela foi a óbito?” e este responde: “Exatamente às dezoito horas e quatro minutos”, esse diálogo constitui um texto porque faz sentido nessa situação interlocutiva. Se a mesma pergunta for feita em outro lugar, e para uma pessoa leiga em Medicina, seu sentido ficaria comprometido e o texto, ao menos teoricamente, não existiria. (Grifo nosso)

O sentido é um acontecimento sócio-histórico-enunciativo, ou seja, é um processo interativo que conta com um nível externo, o situacional ou contextual, e com um nível interno, o discursivo. O sentido discursivo se faz, ou é construído, por indivíduos social e historicamente instituídos e em uma dada situação de enunciação, ou seja, a enunciação é vista como o local desse acontecimento. Assim sendo, o sentido é uma construção social, uma operação discursiva na enunciação que, por sua vez, envolve a língua e o discurso. Este último é a produção de sentidos entre os sujeitos (MELLO, 2006); são as

diversas vozes que aparecem no texto. Segundo Orlandi (2010) o discurso é uma dispersão de textos:

O discurso universitário, por exemplo, se constitui de uma dispersão de textos: os de professores, de alunos, de funcionários, de administradores, textos burocráticos, científicos, pedagógicos etc. Toda essa textualidade faz parte do discurso universitário. Inclusive os das eleições de cargos de direção, reitoria etc. (p.70)

Resumindo, podemos colocar as concepções de língua, texto, discurso, enunciado e enunciação da seguinte forma: a língua constitui uma estrutura, como forma; como funcionamento, ela se transforma em discurso, que é o fenômeno temporal da troca, do estabelecimento do diálogo, é a manifestação interindividual da enunciação. Enunciado é a unidade real da comunicação verbal (BAKHTIN, 1979); a fala só existe na realização concreta dos enunciados de um indivíduo em situação de interlocução. Enunciação é o conjunto das circunstâncias que cercam a produção de linguagem (texto) (CASTILHO, 2002); é o ato de produzir enunciados que são as realizações linguísticas concretas (FIORIN, 2007).

Gênero textual

De acordo com Marcuschi (2003), a expressão *gênero textual* refere-se a *textos materializados* que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sociocomunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica. Alguns exemplos de gêneros textuais seriam: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem jornalística, aula expositiva, reunião de condomínio, notícia jornalística, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio de restaurante, instruções de uso, outdoor, inquérito policial, resenha, crônica, edital de concurso, piada, conversa espontânea, conferência, e-mail, bate-papo por computador, aulas virtuais e assim por diante. (Grifos do autor)

É impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum *gênero*, assim como é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum *texto*. A

comunicação verbal só é possível por algum *gênero textual*. O mesmo princípio vale para a comunicação escrita. (Grifos do autor)

Os gêneros textuais se constituem como ações sociodiscursivas para agir sobre o mundo e dizer o mundo, constituindo-o de algum modo. São fenômenos históricos profundamente vinculados à vida cultural e social. Fruto de trabalho coletivo, os gêneros contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia a dia. Caracterizam-se como eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos. Surgem emparelhados a necessidades e atividades socioculturais, bem como na relação com inovações tecnológicas, o que é facilmente perceptível ao se considerar a quantidade de gêneros textuais hoje existentes em relação a sociedades anteriores à comunicação escrita.

Presenciamos uma explosão de novos gêneros e novas formas de comunicação, tanto na modalidade oral como na escrita. Isto é revelador do fato de que os gêneros textuais surgem, situam-se e integram-se funcionalmente nas culturas em que se desenvolvem. Caracterizam-se muito mais por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais do que por suas peculiaridades linguísticas e estruturais. Quase inúmeros em diversidade de formas, obtêm denominações nem sempre unívocas e, assim como surgem, podem desaparecer.

Nos últimos dois séculos foram as novas tecnologias, em especial as ligadas à área da comunicação, que propiciaram o surgimento de novos gêneros textuais. Por certo, não são propriamente as tecnologias *per se* que originam os gêneros e sim a intensidade dos usos dessas tecnologias e suas interferências nas atividades comunicativas diárias. Assim, os grandes suportes tecnológicos da comunicação tais como o rádio, a televisão, o jornal, a revista, a internet, por terem uma presença marcante e grande centralidade nas atividades comunicativas da realidade social que ajudam a criar, vão por sua vez propiciando e abrigando gêneros novos bastante característicos. Daí surgem formas discursivas novas, tais como telemensagens, teleconferências,

videoconferências, reportagens ao vivo, cartas eletrônicas (e-mails) e assim por diante. (Grifo do autor)

Crônica

A crônica é um gênero textual que se instala entre as instâncias jornalística e literária. Coutinho (1986) esclarece que o significado tradicional da palavra “crônica” decorre de sua etimologia grega (*khronos* – tempo): é o relato dos acontecimentos em ordem cronológica. Esse sentido primitivo dá à crônica o caráter de relato histórico, sendo parenta de anais, mas, com o tempo, foi adquirindo outro sentido. (Grifo do autor). Diz Coutinho que

(...) a partir de certa época, a palavra foi ganhando roupagem semântica diferente. “Crônica” e “cronista” passaram a ser usados com o sentido atualmente generalizado em literatura: é um gênero específico, estritamente ligado ao jornalismo. Ao que parece, a transformação operou-se no século XIX, não havendo certeza se em Portugal ou no Brasil. Publicavam então os jornais uma seção, via de regra semanal (daí Machado de Assis ter adotado o pseudônimo de “Dr. Semana” para as crônicas de *A Semana*), de comentário de assuntos marcantes (ou que marcaram o espírito do artista) da semana. O uso da palavra para indicar relato e comentário dos fatos em pequena seção de jornais acabou por estender-se à definição da própria seção e do tipo de literatura que nela se produzia. Assim, “crônica” passou a significar outra coisa: um gênero literário de prosa, ao qual menos importa o assunto, em geral efêmero, do que as qualidades de estilo, a variedade, a finura e argúcia na apreciação, a graça na análise de fatos miúdos e sem importância, ou na crítica de pessoas. “Crônicas” são pequenas produções em prosa, com essas características, aparecidas em jornais ou revistas. (1986, p. 121)

A crônica se afastou da História com o avanço da imprensa e do jornal. Tornou-se “folhetim”. O folhetim fazia parte da estrutura dos jornais e, como tal, era informativo e crítico:

(...) era apenas uma seção quase que informativa, um rodapé onde eram publicados pequenos contos, pequenos artigos, ensaios breves, poemas em prosa, tudo, enfim, que pudesse informar os leitores sobre os acontecimentos daquele dia ou daquela semana, recebendo o nome de *folhetim*. (SÁ, 1992, p. 8)

Aos poucos foi se afastando do âmbito jornalístico, com características folhetinescas e se constituindo como gênero da instância literária: a linguagem

se tornou mais leve, mas com uma elaboração interna complexa, carregando a força da poesia e do humor.

À pressa de escrever, junta-se a de viver. Os acontecimentos são extremamente rápidos, e o cronista precisa de um ritmo ágil para poder acompanhá-los. Por isso a sua sintaxe lembra alguma coisa desestruturada, solta, mais próxima da conversa entre dois amigos do que propriamente do texto escrito. Dessa forma, há uma proximidade maior entre as normas da língua escrita e da oralidade, sem que o narrador caia no equívoco de compor frases frouxas, sem a magicidade da elaboração, pois ele não perde de vista o fato de que o real não é meramente copiado, mas recriado. O coloquialismo, portanto, deixa de ser a transcrição exata de uma frase ouvida na rua, para ser a elaboração de um diálogo entre o cronista e o leitor, a partir do qual a aparência simplória ganha sua dimensão exata. (SÁ, 1992, p. 10-11)

Comumente confundida com o conto, a crônica não tem a sua densidade. O *contista* mergulha de ponta-cabeça na construção do personagem, do tempo, do espaço e da atmosfera que darão força ao fato “exemplar”. Já o *cronista* age de maneira mais solta, dando a impressão de que pretende apenas ficar na superfície de seus próprios comentários, sem ter sequer a preocupação de se colocar na pele de um narrador, que é, principalmente, personagem ficcional (como acontece nos contos, novelas e romances). Assim, quem narra uma crônica é o seu autor mesmo, e tudo o que ele diz parece ter acontecido de fato, como se nós, leitores, estivéssemos diante de uma reportagem. (Grifos do autor)

Com o seu toque de lirismo reflexivo, o cronista capta os pequenos acontecimentos do dia a dia, esses instantes brevíssimos *que também fazem parte da condição humana* e lhes confere (ou lhes devolve) a dignidade de um núcleo estruturante de outros núcleos, transformando a simples *situação* no diálogo sobre a complexidade das nossas dores e alegrias (SÁ, 1992, grifos do autor).

O gênero é por sua natureza eminentemente individual. Os cronistas em geral, refinados ou não, estão adstritos a um mesmo objetivo, que é o de fixar o momento que passa com as suas desencontradas emoções, recolhendo delas o que possa interessar, empolgar, comover a determinado grupo da comunidade (COUTINHO, 1986).

Por estar tão próxima aos fatos, a crônica serve de quebra do monumental que, muitas vezes, afasta o homem comum do mundo da literatura. Ela é “filha do jornal”, do efêmero, pois logo depois de sua publicação, já está descartada. Logo, o objetivo desse gênero não é pretensioso, não quer se fazer perpetuar, mas se aclimata bem à naturalidade do leitor, aos fatos com os quais convive em seu cotidiano (TEODORO e GONÇALVES, 2000).

A crônica moderna gira permanentemente em torno da atualidade, captando com argúcia e sensibilidade o dinamismo da notícia que permeia toda a produção jornalística. Ainda que o cronista mantenha uma “conversa fiada” em torno de questões secundárias, não vinculadas ao espectro noticioso, isso constitui um momento de pausa, que reflete a trégua necessária à vida social. O cronista que sabe atuar como consciência poética da atualidade é aquele que mantém vivo o interesse do seu público e converte a crônica em algo desejado pelos leitores. Atua como mediador literário entre os fatos que estão acontecendo e a psicologia coletiva. É por isso que muitos cronistas buscam inspiração no próprio jornal. Realizam uma tradução livre da realidade principal, acrescentando ironia e humor à chatice, à dureza da rotina diária (MELO, 1985). Complementa Silva (1997):

Assim, ao se aproximar dos fatos corriqueiros desvinculada da obrigação jornalística de informar e investida de todas as liberdades “literárias”, a crônica tende a ser, menos do que a narração desses fatos, a sua interpretação, os fatos transformados pelo olhar do cronista. Um olhar que procura retirar os fatos de sua moldura meramente contingencial e enquadrá-los numa moldura de sentido. (p. 39)

Segundo Melo (1985), a crônica moderna configura-se como gênero eminentemente jornalístico, cujas características fundamentais são: 1) Fidelidade ao cotidiano, pela vinculação temática e analítica que mantém em relação ao que está ocorrendo, aqui e agora; 2) Crítica social, que corresponde a “entrar fundo no significado dos atos e sentimentos do homem”. Para Diaféria (1981 *apud* Melo, 1985) as pessoas leem crônicas no jornal diário “porque a crônica nada mais é que as palavras que elas gostariam de ter escrito”. (p. 119-120)

A crônica é na essência uma forma de arte imaginativa, arte da palavra, a que se liga forte dose de lirismo. É um gênero altamente pessoal, uma reação individual, íntima, ante o espetáculo da vida, coisas, seres. O cronista é um solitário com ânsia de comunicar-se. Para isso, utiliza-se literariamente desse meio vivo, insinuante, ágil que é a crônica. (COUTINHO, 1986, p. 136)

No Brasil, a crônica se consolidou por volta de 1930 e, atualmente, vem adquirindo uma importância maior em nossa literatura graças aos excelentes escritores que resolveram se dedicar exclusivamente a ela, como Rubem Braga e Luís Fernando Veríssimo, além dos grandes autores brasileiros do passado, como Machado de Assis, José de Alencar, Carlos Drummond de Andrade, Cecília Meireles e Fernando Sabino, que também resolveram dedicar seus talentos a esse gênero. Tudo isso fez com que a crônica se desenvolvesse no Brasil de forma significativa.

Leitura

Walty (1995) esclarece que a etimologia da palavra “ler” vem do latim *legere*. Numa primeira instância, ler significava contar, enumerar as letras; em seguida, significava colher e, por último, roubar. Pode-se observar que, em sua raiz, a palavra já traduz pelo menos três níveis de leitura. São eles: 1º) Contar ou enumerar as letras: corresponde ao estágio inicial da leitura, que é a alfabetização → decodificação; 2º) Colher: o leitor é espectador → compreensão; 3º) Roubar: remete à ideia de subversão, com o significado do texto sendo construído à revelia do autor → interpretação. (Grifo da autora)

A leitura é produção de sentidos. O texto, produto de um trabalho anterior do autor, chega ao leitor, convidando-o, ou mais, desafiando-o à sua leitura. Ler não é traduzir, repetir sentidos dados como prontos, é construir uma cadeia de sentidos a partir dos índices do texto dado.

De acordo com a autora, não se rouba algo com o conhecimento do proprietário, logo essa leitura do texto vai se construir à revelia do autor, ou melhor, o leitor vai buscar no texto outros sentidos, construindo-os com sinais que lá estão, mesmo que o autor não tivesse consciência deles. Nesse tipo de

leitura, o leitor tem mais poder. Se compararmos o texto a um bosque onde há trilhas já conhecidas, podemos dizer que esse leitor irá construir as suas próprias trilhas nesse texto/bosque. Para De Certeau (1984 *apud* Walty, 1995), “o texto não tem significação a não ser através de seus leitores; ele muda com eles, ordenando-se graças a códigos de percepção que lhe escapam. Ele só se torna texto através de sua relação com a exterioridade do leitor” (p. 25).

Assim, o texto é decorrente de uma produção, do preenchimento de um espaço vazio. É, pois, produto; mas, no momento em que se abre ao leitor, instaura-se um novo processo: o da leitura enquanto produção. Ler é também preencher lacunas, estabelecer relações, fazer perguntas. Diz Walty (1995) que

(...) o espaço do texto faz-se espaço de interação entre autor e leitor, entre produção e recepção. E, como num jogo, ninguém pode segurar a bola, sentindo-se seu dono. Para haver jogo é preciso que a bola vá de uma a outra mão, de um pé a outro. É nesse jogo interativo que se estabelece o sentido. (p. 32)

De acordo com Encarnação (2005), a leitura é um processo complexo e bastante abrangente que faz rigorosas exigências ao nosso cérebro, à nossa memória e às nossas emoções sem deixar de envolver a experiência de vida dos leitores. É fundamental, pois é através dela que adquirimos o conhecimento do assunto, da língua e dos modelos de texto. É ao lado dela que vamos construindo uma intimidade muito grande com a língua escrita e que internalizamos as suas diferentes estruturas, os gêneros, os diversos tipos de discursos e suas infinitas possibilidades estilísticas. É com a leitura que vamos enriquecendo a nossa memória, o nosso senso crítico e adquirindo conhecimento sobre os mais diferentes assuntos acerca dos quais podemos escrever.

Conhecimentos prévios

Quando lemos um texto, acionamos os nossos *conhecimentos prévios*, essenciais para que aconteça a *compreensão* desse texto. A compreensão de um texto, explica Kleiman (2002), é um processo que se caracteriza pela utilização de conhecimento prévio: o leitor utiliza na leitura o que ele já sabe, o conhecimento adquirido ao longo de sua vida. É mediante a interação de

diversos níveis de conhecimento, como o linguístico, o textual, o conhecimento de mundo, que o leitor consegue construir o sentido do texto. E porque o leitor utiliza justamente diversos níveis de conhecimento que interagem entre si, a leitura é considerada um processo interativo. Pode-se dizer com segurança que sem o engajamento do conhecimento prévio do leitor não haverá compreensão. (Grifos nossos)

Segundo Koch (2000), para o processamento textual contribuem três grandes sistemas de conhecimento:

- 1) Linguístico: compreende o conhecimento gramatical e o lexical. É ele o responsável, por exemplo, pela organização do material linguístico na superfície textual, pelo uso dos meios coesivos que a língua nos põe à disposição para efetuar a remissão ou a sequenciação textual, pela seleção lexical adequada ao tema e/ou aos modelos cognitivos ativados;
- 2) Enciclopédico: ou conhecimento de mundo, é aquele que se encontra armazenado na memória de cada indivíduo, quer se trate de conhecimento do tipo declarativo (proposições a respeito dos fatos do mundo), quer do tipo episódico (os “modelos cognitivos” socioculturalmente determinados e adquiridos através da experiência). É com base em tais modelos, por exemplo, que se levantam hipóteses, a partir de uma manchete; que se criam expectativas sobre o(s) campo(s) lexical(ais) a ser(em) explorado(s) no texto; que se produzem as inferências que permitem suprir as lacunas ou incompletudes encontradas na superfície textual;
- 3) Sociointeracional: é o conhecimento sobre as ações verbais, isto é, sobre as formas de *inter-ação* através da linguagem; é também chamado de conhecimento textual. (Grifo da autora)

Kleiman (2002) ressalta que o conhecimento linguístico desempenha um papel central no *processamento* do texto. Entende-se por *processamento* aquela atividade pela qual as palavras, unidades discretas, distintas, são agrupadas

em unidades ou fatias maiores, também significativas, chamadas constituintes da frase. À medida que as palavras são percebidas, a nossa mente está ativa, ocupada em construir significados, e um dos primeiros passos nessa atividade é o agrupamento em frases com base no conhecimento gramatical de constituintes: o tipo de conhecimento que determina o artigo precede o nome e este se combina com o adjetivo (Art. N Adj. = O menino louro), assim como verbo com nome (V N = Bebeu água) e assim sucessivamente. Esse conhecimento permitirá a identificação de categorias (como, por exemplo, sintagma nominal), e das funções desses segmentos ou frases (como sujeito, objeto), identificação esta que permitirá que esse processamento continue, até se chegar, eventualmente, à compreensão. (Grifos da autora)

Quanto mais conhecimento textual o leitor tiver, quanto maior a sua exposição a todo tipo de texto, mais fácil será sua compreensão, pois o conhecimento de estruturas textuais e de tipos de discurso determinará, em grande medida, suas expectativas em relação aos textos, expectativas estas que exercem um papel considerável na compreensão.

A pouca familiaridade com um determinado assunto pode causar incompreensão. Nesse caso, a incompreensão se deve a falhas no chamado *conhecimento de mundo* ou *conhecimento enciclopédico*, que pode ser adquirido tanto formalmente como informalmente. Esse tipo de conhecimento abrange desde o domínio que um engenheiro tem sobre sua especialidade até o conhecimento de fatos como “o jacaré é um réptil”, “a Torre Eiffel fica em Paris”, “não se deve colocar vasilha de metal no forno de micro-ondas”, ou “na consulta médica geralmente há uma entrevista antes do exame físico”. Para haver compreensão, durante a leitura, aquela parte do nosso conhecimento de mundo que é relevante para a leitura do texto deve estar *ativada*, isto é, deve estar em um nível ciente, e não perdida no fundo de nossa memória. (Grifos da autora)

A ativação do conhecimento prévio é, então, essencial à compreensão, pois é o conhecimento que o leitor tem sobre o assunto que lhe permite fazer as *inferências* necessárias para relacionar diferentes partes discretas do texto num todo coerente.

Este tipo de inferência, que se dá como decorrência do conhecimento de mundo e que é motivado pelos itens lexicais no texto é um processo inconsciente do leitor proficiente. Há evidências experimentais que mostram com clareza que o que lembramos mais tarde, após a leitura, são as inferências que fizemos durante a leitura; não lembramos o que o texto dizia literalmente. (KLEIMAN, 2002, p. 25)

Inferências

Inferir, conforme Marcuschi (2000b), é realizar um raciocínio em que, com base em alguns conhecimentos (pessoais, textuais, contextuais, enciclopédicos, etc.) relacionados se chega a outros conhecimentos (não necessariamente novos). Por exemplo, se uma pessoa sai para a rua após ter passado determinado tempo dentro de um estabelecimento fechado e depara com o asfalto molhado, inferirá que choveu enquanto esteve nesse estabelecimento. Trazendo para o âmbito da língua, se alguém disser: *Na terra do Tio Sam se come muito hambúrguer*, inferir-se-á que “terra do Tio Sam” quer dizer “Estados Unidos da América”. A inferência está ausente do enunciado: é um subentendido, um não dito que vem à tona por processos inferenciais. Nas palavras de Ducrot (1987 *apud* Lara, 2010), “o subentendido reivindica a possibilidade de estar ausente do próprio enunciado e de somente aparecer quando um ouvinte, num momento posterior, refletir sobre o referido enunciado” (p. 138). (Grifo nosso). Já para Koch (2000)

(...) as inferências constituem estratégias cognitivas por meio das quais o ouvinte ou leitor, partindo da informação veiculada pelo texto e levando em conta o contexto (em sentido amplo), constrói novas representações mentais e/ou estabelece uma ponte entre segmentos textuais, ou entre informação explícita e informação não explicitada no texto. (p. 29-30)

Dell'Isola (1991 *apud* Coscarelli, 1995) explica que, muitas vezes, a informação linguística explícita no texto não é suficiente para que se construa a coerência. Nesses casos, o leitor será obrigado a fazer inferências, que são operações cognitivas em que ele constrói proposições novas a partir de informações que encontrou no texto. Porém, as inferências não ocorrem apenas quando o leitor estabelece ligações entre as palavras e organiza redes conceituais no interior do texto. Ocorrem, também, quando o leitor busca fora do texto informações e

conhecimentos adquiridos pela sua experiência de vida (conhecimentos prévios), com os quais preenche os “vazios” textuais.

Pode-se afirmar que as inferências servem para preencher os “buracos” deixados no espaço textual. Assim, um leitor que deparar com *Na terra do Tio Sam se come muito hambúrguer*, se souber o que significa “terra do Tio Sam” por meio de seus conhecimentos prévios, compreenderá bem esse texto, isto é, estará lançando mão da inferência.

As inferências constituem estratégias cognitivas extremamente poderosas, que permitem estabelecer a ponte entre o material lingüístico presente na superfície textual e os conhecimentos prévios e/ou partilhados dos parceiros da comunicação. Isto é, é em grande parte através das inferências que se pode (re)construir os sentidos que o texto implica (*sic*). (KOCH, 2000, p. 23-24)

Lançar mão dessas estratégias é essencial na leitura de um texto para que ele seja compreendido. Ao ler um texto, a mente da pessoa seleciona o que lhe interessa, o que lhe parece mais relevante para extrair suas próprias inferências (SPONHOLZ, GERBER e VOLKER, 2006). É a partir da construção de inferências que surgem os chamados efeitos contextuais, ou seja, os resultados do processamento das informações contidas no texto lido (CHIARETTO, 2003).

Segundo Koch (2000), o sentido não está no texto, mas se constrói a partir dele. O texto seria como um *iceberg* que possui apenas uma pequena superfície exposta e uma imensa área imersa subjacente. Para se chegar às profundezas do implícito e dele extrair um sentido, faz-se necessário o recurso a vários sistemas de conhecimento e a ativação de processos e estratégias cognitivas e interacionais. (Grifo da autora)

Os cinco horizontes da compreensão

Diz Marcuschi (1996) que a compreensão textual se dá em boa medida como um processo inferencial, isto é, como uma atividade de construção de sentido em que compreender é mais do que extrair informações do texto: é uma

atividade de produção de sentidos. Compreender textos não é simplesmente reagir aos textos, mas agir sobre eles.

A compreensão textual é uma atividade de seleção, reordenação e reconstrução, em que uma certa margem de criatividade é permitida. Por outro lado, a leitura e a compreensão de texto não são uma espécie de reino da liberdade total, onde tudo é permitido. Um texto permite muitas leituras, mas não inúmeras e infinitas leituras. Não podemos dizer quantas são as compreensões possíveis de um determinado texto, mas podemos dizer que algumas delas não são possíveis. Portanto, pode haver leituras erradas, incorretas, impossíveis e não autorizadas pelo texto. Não podemos entender, por exemplo, o contrário do que está afirmado, ou seja, nossa compreensão não pode entrar em contradição com as proposições do texto. São cinco os horizontes da compreensão textual:

- 1) Falta de horizonte: Nesta perspectiva, apenas repetimos ou copiamos o que está dito no texto. Permanecer neste nível de leitura é agir como se o texto só tivesse informações objetivas. Neste caso o autor é tido como soberano, e os sentidos possíveis foram por ele inscritos no interior do texto. A atividade do leitor se reduziria a uma mera atividade de repetição;
- 2) Horizonte mínimo: Teremos o que aqui se chama de leitura parafrástica, ou seja, uma espécie de repetição com outras palavras em que podemos deixar algo de lado, selecionar o que dizer e escolher o léxico que nos interessa. Certamente, vamos colocar alguns elementos novos, mas nossa interferência será mínima, e a leitura fica ainda em uma atividade de identificação de informações objetivas que podem ser ditas com outras palavras;
- 3) Horizonte máximo: Esta é a perspectiva que considera as atividades inferenciais no processo de compreensão, isto é, as atividades de geração de sentidos pela reunião de várias informações do próprio texto, ou pela introdução de informações e conhecimentos pessoais ou outros não contidos no texto. É uma leitura do que vai nas

entrelinhas; não se limita à paráfrase nem fica reduzida à repetição. São muitos os tipos de inferências e não é tão simples assim identificar até onde ainda é possível dizer se a interpretação é válida ou não. Seguramente, este horizonte representado pelas inferências constitui o horizonte máximo da produção de sentido. No horizonte inferencial temos a possibilidade de um extenso e proveitoso treinamento do raciocínio lógico, do raciocínio prático, do raciocínio estético, crítico e outros tipos de raciocínio;

- 4) Horizonte problemático: Este horizonte vai muito além das informações do próprio texto. Não é uma inferência no sentido estrito do termo e sim uma extrapolação enquanto inserção de elementos. São leituras de caráter idiossincrático, bem pessoal, em que o investimento de conhecimentos pessoais é muito grande e chega a ser preocupante. Assim, por exemplo, parece possível, mas é problemático dizer que *Carlos gosta de Joana* significa a mesma coisa que *Carlos está perdidamente apaixonado por Joana*;
- 5) Horizonte indevido: Zona bastante nebulosa que qualificamos como indevida ou proibida. É a área da leitura errada. Suponhamos, por exemplo, este texto: *O Santos, atualmente, é o melhor time do Brasil*. Se com base nesse texto alguém dissesse que, por causa disso, o Atlético Mineiro é o pior time, ele estaria compreendendo ou interpretando além das possibilidades textuais oferecidas, pois o texto não permite essa leitura. (Grifos nossos)

Sobre os leitores, é importante ressaltar que nem todos têm o mesmo desempenho ou a mesma perspectiva nas leituras. Há leitores que conhecem mais e outros que conhecem menos os assuntos tratados em um texto; leitores mais maduros e menos maduros; leitores que se interessam mais por um que por outro tema e assim por diante.

As crônicas de Danuza Leão e de Luiz Felipe Pondé

O gênero textual crônica foi escolhido para este trabalho por ser acessível, breve e muito presente em nosso cotidiano. Encontra-se nos jornais, nas revistas e na internet, principalmente. É um gênero que acreditamos ser mais atraente para os sujeitos informantes, todos adolescentes, do que uma tese de doutorado, por exemplo.

As crônicas “O melhor dos mundos”, de Danuza Leão, e “Patético”, de Luiz Felipe Pondé, publicadas no jornal *Folha de S. Paulo*, foram escolhidas por causa de seus temas. Na primeira, a autora propõe um mundo ideal onde não tivéssemos que nos preocupar com a aparência nem com os compromissos. Nesse mundo, será obrigatório tudo o que nos é prazeroso e não haverá incômodo nem sofrimento algum. Já na segunda, o autor faz uma crítica às pessoas que dizem não dar valor ao dinheiro. São temas que nos dizem respeito por tratarem de questões concernentes à sociedade em que vivemos.

“Patético” é um texto relativamente mais difícil do que “O melhor dos mundos”, devido ao estilo do autor (sofisticado e sarcástico) e à complexidade do tema (a hipocrisia de quem diz desprezar o dinheiro). Escolhemos essa crônica para nossa pesquisa de campo por oferecer mais desafios aos sujeitos informantes. Assim, a escolha de uma crônica “mais fácil” e de outra “mais difícil” nos ajudaria a avaliar os níveis de leitura desses sujeitos e as estratégias para construção de inferências.

Ambas as crônicas podem ser encaixadas na categoria *crônica metafísica* (MELO, 1985 e COUTINHO, 1986, grifo dos autores). A crônica metafísica é “constituída de reflexões de cunho mais ou menos filosófico; são meditações sobre os acontecimentos e sobre os homens” (MELO, 1985, p. 117). É um tipo de crônica que convida os leitores a uma reflexão mais profunda acerca do mundo, da vida, dos seres humanos e de si mesmos.

Instrumentos utilizados

Foram elaboradas cinco questões para cada crônica, que a elas foram anexadas. Assim, os sujeitos informantes, após a leitura de cada texto, deveriam responder às questões a eles relacionadas. Nenhuma dúvida que porventura fosse manifestada pelos sujeitos informantes poderia ser respondida devido ao risco de alteração dos resultados.

Pesquisa de campo

A pesquisa de campo foi realizada em duas escolas de Belo Horizonte: Escola Estadual Augusto de Lima, da rede pública, e Colégio Método, da rede particular, nos meses de dezembro de 2010 e fevereiro de 2011, respectivamente. Os sujeitos informantes cursavam o 3º ano do Ensino Médio e tinham idades entre 16 e 18 anos, aproximadamente. O objetivo era avaliar a capacidade leitora de indivíduos prestes a ingressarem no nível superior de ensino.

Quinze alunos da Escola Estadual Augusto de Lima participaram de nossa pesquisa de campo (Grupo 1 – S1 a S15) e onze do Colégio Método (Grupo 2 – S16 a S26). No total, participaram 26 alunos. Desses, selecionamos dezesseis: oito do Grupo 1 (S1, S3, S5, S6, S9, S10, S13 e S14) e oito do Grupo 2 (S16, S17, S19, S20, S21, S22, S24 e S25). O critério de seleção foi o fato de esses alunos terem respondido a todas as questões relacionadas aos textos.

Escolhemos uma escola da rede pública e uma da rede particular a fim de verificarmos uma possível mudança substancial nos resultados dos dois grupos.

As leituras de “O melhor dos mundos”

Analisaremos aqui algumas das leituras que os sujeitos informantes fizeram da crônica “O melhor dos mundos”, fornecidas por meio das questões elaboradas.

A primeira questão da crônica é: “Por que a autora afirma que será ‘um grande sábio’ quem descobrir que exercícios físicos fazem mal à saúde?” Eis a leitura de S1: “Por que (*sic*) exercícios físicos não fazem mal a (*sic*) saúde, esse ‘grande sábio’ só pode estar sendo irônico.” Esse leitor soube inferir o tom irônico da cronista. Sua leitura produz esse significado. A de S5 é parecida: “Ela Afirma (*sic*) ironicamente”, no entanto, não ampliou sua leitura como fez S1. Já S6 extrapola: “Porque ela está falando de um mundo novo, um mundo onde será proibido falar a verdade.” Em nenhum momento, no texto, a autora afirma que nesse mundo novo será proibido falar a verdade. Esse leitor construiu significados a partir de inferências não autorizadas. “Porque muita gente sabe que o exercício físico faz bem, mas tem preguiça de praticar”: a inferência produzida por S20 mostra uma leitura adequada para os recursos textuais. S21, por sua vez, ao se prender ao tema obesidade/emagrecimento/alimentação inadequada/calorias, fazendo uma crítica às pessoas obesas que se “entopem” de comida e bebida, produz inferências não autorizadas.

A segunda questão, “Que valores da sociedade contemporânea estão sendo contestados na frase: ‘A praxe será acordar e ficar na cama até a hora que quiser?’”, levou S3 a fazer a seguinte leitura: “Lendo jornais vendo desenho animado (*sic*) e comendo chocolate.” Esse leitor não conseguiu inferir os significados possíveis, pois somente repetiu a afirmação da cronista. Já S16 fez uma leitura adequada: “Os valores da sociedade contemporânea (*sic*) que estão sendo contestados são o trabalho, o esforço e a batalha cotidiana, muito valorizados atualmente”.

Em relação à terceira questão, “Para você, em que consiste o pré-namoro a que se refere a autora?”, quase todos os sujeitos informantes relacionaram o “pré-namoro” ao “ficar”, a um relacionamento sem compromisso sério. Não se pode dizer que fizeram leituras totalmente inadequadas, devido ao “Para você” na pergunta, que autoriza o leitor a respondê-la com base em suas vivências. A leitura feita por S13, entretanto, foi a que mais se aproximou do sentido que a autora quis dar: “Uma conversa, um aperto de mão ou até um abraço (*sic*).”

Observemos o trecho, que se encontra no quinto parágrafo:

Existe também um pré-namoro que pode e deve acontecer sempre; é um tipo de sedução inocente que pode ser feita com homens, mulheres e crianças, sem compromisso algum, mas que pode ser exercida na hora de comprar o jornal, o pão, ou de perguntar que horas são. (LEÃO, 2010, p. 2)

A quarta questão, “O Natal é um momento de paz e sorrisos entre os homens? Justifique sua resposta”, aciona os conhecimentos prévios, as experiências que os leitores tiveram, ao longo de suas vidas, com o Natal. É interessante notar que boa parte dos sujeitos, especialmente do Grupo 1, fez esta leitura: “sim”. Porém, a autora afirma o contrário neste trecho, que está no oitavo parágrafo: “O Natal será um momento de paz e sorrisos entre os homens, exatamente como dizem que é, só que será mesmo, e bastará uma grande travessa de rabanadas e um copo de vinho para inundar de alegria nossos corações.” (LEÃO, 2010, p. 2)

S16 foi quem fez o processo inferencial mais adequado: “Segundo o texto não, pois é dito que o natal (*sic*) será um momento de paz e sorrisos entre os homens, logo subentende-se que atualmente isso não acontece”.

Comentar a relação do título com o texto é o que pede a última questão. Para S9, “O título só está (*sic*) ilustrando um mundo descrito no texto que não existe.” A leitura é adequada, embora não tenha sido ampliada. Já S10 comentou que não acha que o texto nos mostra que o mundo será melhor com essas mudanças radicais. Não comentou, porém, qual a relação do título com o texto, que é o que pede a questão.

As leituras de “Patético”

A primeira questão, “Em que o autor se inspirou ao escrever a segunda pergunta do primeiro parágrafo?”, se refere à pergunta “O que adianta ganhar o mundo e perder a alma?” (PONDÉ, 2010, p. 8). A leitura de S5 faz referência direta à Bíblia: “Numa passagem da Bíblia que diz: De que adianta você ganhar o mundo inteiro e perder a sua alma?” Pode-se concluir que esse sujeito conhece bem a Bíblia e, provavelmente, frequenta uma igreja católica ou evangélica, pois associa seus conhecimentos aos recursos textuais.

A segunda questão, “O que ele quis dizer com: ‘Sou do time de Nelson Rodrigues (em tudo)’?” ativa o conhecimento enciclopédico do leitor: quem é (ou foi) Nelson Rodrigues? Pelas leituras feitas, nenhum dos sujeitos informantes parece sequer ter ouvido falar desse escritor, pois não conseguiram inferir o sarcasmo e a ironia do trecho.

Na leitura de S17, ele quis dizer que, quando você tem dinheiro, consegue comprar tudo, até amor. Só que comprar amor verdadeiro é uma coisa errada, pois ele nunca é comprado e sim conquistado. Sua leitura é adequada, embora tenha acrescentado um comentário, expondo o seu juízo de valor, que não fora solicitado. E, segundo S24, o autor quis dizer que possui os mesmos pensamentos que Nelson Rodrigues tem, em todos os aspectos, ou seja, concorda com suas opiniões. Pode-se dizer que fez um processo inferencial adequado, não ampliando, no entanto, sua leitura.

“Por que se passar por alguém ‘superior’ ao dinheiro se trata de uma falsa santidade?” indaga a terceira questão. Para S25, “Se trata de uma falsa santidade se passar por alguém ‘superior’ ao dinheiro pois num mundo capitalista em que vivemos sabe-se que todos dão certo valor ao dinheiro, cada um de seu jeito, mas todos valorizam o dinheiro.” Foi o leitor que fez o processo inferencial mais adequado. Por outro lado, S14 compreendeu que as pessoas com dinheiro são superiores àquelas que não têm dinheiro. Fez uma leitura inadequada, pois o texto não afirma isso.

A quarta questão quer saber o que não tem preço, de acordo com o texto. Segundo a leitura de S25, somente quem tem muito dinheiro sabe o que o dinheiro não compra, como felicidade ou a cura de uma doença. Apesar da extrapolação, pode-se notar que o leitor conseguiu verificar o efeito de sentido pretendido pelo autor. A leitura de vários sujeitos foi que a amizade sincera, a fidelidade e a felicidade não têm preço. O texto, no entanto, afirma o oposto disso, no décimo quarto parágrafo: “Haveria algo que dinheiro não compra? Amizade sincera, fidelidade, felicidade?” (PONDÉ, 2010, p. 8)

“Explique o que você entendeu por ‘só está acima do dinheiro quem abre mão da própria vida’”, pede a última questão. S13 entendeu que a vida vale mais do que o dinheiro. Acrescenta uma pergunta de cunho filosófico: “se se perder a vida, como se poderá desfrutar dela?” Compreendeu o que o cronista quis dizer. Já S19 entendeu que, na verdade, o dinheiro é a sua vida, logo, quem abre mão dele, não tem vida. E, de acordo com S22, as pessoas que dão mais valor à vida do que ao dinheiro podem ser muito felizes e sem se preocupar com isso (o dinheiro). Tanto S19 quanto S22 extrapolaram o texto.

Conclusão

Haveria uma leitura autorizada para um texto? Ao analisarmos as leituras feitas pelos alunos, podemos chegar à conclusão de que não. Diversas podem ser as leituras para um mesmo texto porque diversas são as interpretações dos sujeitos. Diversas são as vivências, visões e conhecimentos de mundo de cada indivíduo. Nisso está a riqueza da leitura e dos vários e diferentes sentidos que são possíveis, dependendo, é claro, das marcas textuais, a partir das quais podemos fazer as inferências.

No que diz respeito ao desempenho dos dois grupos, não houve mudança substancial de um para outro, embora o desempenho dos alunos do Colégio Método tenha sido um pouco mais satisfatório. Em ambos os grupos houve sujeitos que fizeram leituras adequadas e leituras inadequadas das crônicas. Segundo as amostras que obtivemos, podemos afirmar que falta à maioria dos sujeitos informantes desta pesquisa mais prática de leitura e maior intimidade com a escrita. Chamou-nos a atenção a dificuldade que muitos deles apresentaram de se expressar na escrita, no que toca à ortografia, regência, pontuação, coesão e coerência. Falta à maioria desses sujeitos conhecimentos melhores sobre os aspectos cognitivos da leitura: a importância dos conhecimentos prévios, dos objetivos estabelecidos para a leitura, o processo inferencial que exige a participação criativa e efetiva do leitor.

Isso nos leva a questionar como a leitura tem sido tratada nas escolas brasileiras. Parece-nos que os estudantes estacionam no primeiro nível de **e-hum**, Belo Horizonte, Vol.4, N.2, pp.42-66 (2011). Editora uniBH
Disponível em: www.unibh.br/revistas/ehum

leitura, que é a decodificação, quando deveriam passar para níveis mais profundos, tornando-se capazes de realizar processos inferenciais, de adentrar o horizonte máximo de compreensão de texto e, assim, tornarem-se leitores proficientes e críticos.

Esperamos que nosso trabalho tenha contribuído para a Ciência, que ininterruptamente explora novos caminhos, derrubando velhos conceitos e paradigmas, e para a sociedade, que acompanha essa evolução e dela se beneficia.

Referências:

BAKHTIN, Mikhail (assinado por V.N. Volochínov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979.

CASTILHO, Ataliba. *A língua falada no ensino do português*. São Paulo: Contexto, 2002.

CHIARETTO, Ana Cláudia Junqueira. *A influência do nível de letramento na construção de inferências: algumas considerações*. Anais da VIII Semana de Letras: Letras, Leitura e Letramento. ICHS/UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto): Mariana, MG. Nov. 2003.

COSCARELLI, Carla Viana. Um modelo de leitura. *Revista de estudos da linguagem*, Belo Horizonte: UFMG. Ano 4, v. 2, n. 3, p. 5-20, 1995.

COUTINHO, Afrânio (Direção); COUTINHO, Eduardo de Faria (Co-direção). *A literatura no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Niterói: UFF – Universidade Federal Fluminense, 1986, v. 6.

ENCARNAÇÃO, Márcia Regina Teixeira da. A eficácia da leitura e da percepção da intertextualidade na produção de textos. *Revista Letra Magna*. Ano 2, n. 3, 2º sem. 2005.

FIORIN, José Luiz (Org.). *Introdução à lingüística: I. Objetos teóricos*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

KLEIMAN, Angela. *Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura*. 8. ed. Campinas: Pontes, 2002.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *O texto e a construção dos sentidos*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

LARA, Glaucia Muniz Proença. Examinando a pressuposição. In: SARAIVA, Maria Elizabeth Fonseca; MARINHO, Janice Helena Chaves (Org.). *Estudos da língua em uso: da gramática ao texto*. Belo Horizonte: UFMG, 2010, p. 135-151.

LEÃO, Danuza. O melhor dos mundos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 fev. 2010. Caderno cotidiano, p.2.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Exercícios de compreensão ou cópiação nos manuais de ensino de língua? In *Em aberto*. Brasília, ano 16, n. 69, jan./mar., 1996.

_____. *Quando a inferência é uma inferência*. Trabalho apresentado no GEL, UNESP, Assis/SP, 2000b. 26 p.

_____. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. (Org.) *Gêneros textuais e ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003. p. 19-36.

MELLO, Renato de. A construção de sentidos como operação discursiva na enunciação. In: LARA, Gláucia Muniz Proença (Org.). *Lingua(gem), texto, discurso: entre a reflexão e a prática*. Rio de Janeiro: Lucerna; Belo Horizonte, MG: FALE/UFMG, 2006, v.1, p. 107-115.

MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 9. ed. Campinas: Pontes, 2010.

PONDÉ, Luiz Felipe. Patético. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 4 out. 2010. Caderno ilustrada, p. 8.

SÁ, Jorge de. *A crônica*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1992.

SILVA, Marcelino Rodrigues da. *O mundo do futebol nas crônicas de Nelson Rodrigues*. (Dissertação de mestrado). Belo Horizonte: UFMG, 1997.

SPONHOLZ, Iria; GERBER, Regina Márcia; VOLKER, Taciana Bylaardt. Propósito de leitura e tipo de texto na geração de inferências. *Revista Letra Magna*. Ano 3, n. 5, 2º sem. 2006.

TEODORO, Maria Aparecida de Assis; GONÇALVES, Vicente Geraldo. *Aspectos da evolução lingüística do português nos séculos XX e XXI, em áreas sintático-semânticas e discursivas, com apoio na linguagem jornalística escrita do esporte*. (Projeto de pesquisa do programa de iniciação científica – DCHLA/UNI-BH). Belo Horizonte: UNI-BH, 2000.

WALTY, Ivete Lara Camargos. Os sentidos da leitura. *Presença pedagógica*, Belo Horizonte: Dimensão. Ano 1, n. 4, p. 22-37, jul./ago., 1995.